



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Educação  
Secretaria Adjunta de ensino  
Secretaria Executiva do Fórum Estadual de Educação

Ata da Reunião da Comissão de Monitoramento e Sistematização do Fórum Estadual de Educação do Estado do Pará – FEE-PA, realizada ao dia vinte e um do mês de março de dois mil e dezesseis.

01 Às nove horas, do dia vinte e um de março de dois mil e dezesseis, na sala de reunião do  
02 Conselho Municipal de Educação de Ananindeua, ocorreu a segunda reunião da comissão de  
03 Monitoramento e Sistematização do FEE-Pa, com a presença dos seguintes membros: Prof.  
04 Francisco Willams Campos - Vice Coordenador do FEE-Pa; Prof.<sup>a</sup> Maria Gorete Rodrigues de  
05 Brito – Coordenadora da Comissão de Monitoramento e Sistematização do FEE-Pa, Karine  
06 Paixão – SEFEE; Prof.<sup>o</sup> Wilson da Costa Barros – PROIFES; Andressa Malcher - SECULT;  
07 Simone B. Palheta – SEDUC/Censo Escolar; Márcia Andréia Aguiar – SEDUC/Escritório de  
08 Projetos; Caio Kyoshi Sato – SEDUC/Escritório de Projetos; Guilherme de Andrade Lacerda –  
09 SEDUC/Escritório de Projetos; Prof.<sup>a</sup> Ana Izabel Soares - CME/Ananindeua; Prof.<sup>a</sup> Ana Rosa P.  
10 Brito – ANFOPE. Os seguintes membros justificaram ausência via e-mail, em virtude de se  
11 encontrarem em outros compromissos de trabalho: Márcia Arguêlles - SESI. A Reunião  
12 Ordinária tratou da seguinte pauta: 1. Definição de mecanismos que possibilitem o  
13 monitoramento e avaliação do PEE; 2. Ampliação e consolidação da agenda de trabalho da  
14 Comissão de Monitoramento e Avaliação do PEE; 3. Apresentação do painel de dados que  
15 contribuirão para a construção de Indicadores de Metas do PEE; O que ocorrer. Inicialmente, os  
16 membros foram convidados pela Coordenadora a fazerem uma breve apresentação da instituição  
17 a que representam e a pauta foi submetida à aprovação do pleno. A representante da SEDUC,  
18 Prof.<sup>a</sup> Márcia Andréia Aguiar, sugeriu que o quarto ponto de pauta preceda os demais e a sugestão  
19 foi unanimemente acatada pelos presentes. Nos informes, a coordenadora comunicou que no  
20 próximo dia 28 será realizada a reunião de Comissão de Sistematização e Monitoramento do  
21 CME de Ananindeua e dia 12 de abril será realizada a reunião ordinária do FEE-Pa, no auditório  
22 do IEEP. O prof. Wilson da Costa Barros, representante da PROIFES, convidou os presentes para  
23 o Encontro Nacional de Educação Básica, promovido pelo grupo de pesquisa de Educação em  
24 Direitos Humanos, que ocorrerá nos próximos dias 22 e 23. A representante da SECULT,  
25 Andressa Malcher, justificou antecipadamente o não comparecimento de sua instituição nas  
26 próximas reuniões, tendo em vista os preparativos para a Feira Panamazônica do livro, a qual  
27 coordena, que ocorrerá no período de 27 de maio à 05 de junho. O primeiro ponto de pauta,  
28 “Apresentação do painel de dados que contribuirão para a construção de Indicadores de Metas do  
29 PEE” foi explanado pelos técnicos do Escritório de projetos da SEDUC, Guilherme Lacerda e  
30 Caio Sato, com a finalidade de aprofundar o olhar do grupo para a dimensão da coleta do  
31 indicador como o ponto de partida para o monitoramento, bem como verificar as possibilidades e  
32 limitações desse material no sentido de subsidiar a Comissão de Sistematização e  
33 Monitoramento. O Prof. Francisco Willams, vice coordenador do FEE-Pa, pediu a palavra e falou  
34 sobre a importância de haver o suporte técnico para instrumentalização da comissão. Perguntou  
35 se o suporte da SEDUC será definitivo. A representante da SEDUC, Márcia Aguiar, esclareceu  
36 que a apresentação tem o intuito de verificar se trabalho do Escritório de Projetos, no que diz  
37 respeito ao painel de indicadores e o trabalho da Comissão de Monitoramento e Sistematização  
38 estão alinhados quanto aos objetivos, para que se possa verificar de que forma o trabalho  
39 apresentado poderá contribuir com a Comissão, mas que não possuem dedicação exclusiva para  
40 isso, em virtude das coordenações de projetos que lhes são atribuídos, bem como à sua suplente,  
que é Coordenadora do Censo Escolar. Dado tal esclarecimento, a apresentação foi iniciada pelo

41 tópico “Gerenciamento com bases em indicadores – conceitos e metodologias”, no qual  
42 conceituou os termos: meta, indicador e objetivo e prestou os devidos esclarecimentos sobre  
43 estes. Márcia Andréia Águiar contribuiu com a explanação acrescentando que quando se tem uma  
44 meta muito genérica, como por exemplo, aumentar o número de matrículas, necessariamente  
45 você deverá ter uma linha de base para poder definir o nível de esforço para alcançar a referida  
46 meta, para se ter o plano mais operativo e fidedigno. Na sequência da apresentação, foi feita  
47 correlação do trabalho do Escritório de Projetos da SEDUC com o trabalho do FEE, o técnico do  
48 Escritório de Projetos da SEDUC, Guilherme Lacerda, explicou que o painel foi criado, devido à  
49 necessidade de ter um instrumento centralizado e aberto a todos, com a definição de indicadores  
50 bem mensuráveis, nos quais se pudesse acompanhar de maneira efetiva o desenvolvimento dos  
51 processos que são realizados na Secretaria nas várias áreas em que atua, como por exemplo,  
52 gestão de pessoas, gestão de logística, etc. A coordenadora da Comissão de Sistematização e  
53 Monitoramento, Prof.<sup>a</sup> Gorete Brito, sinalizou que no Plano Estadual de Educação – PEE, todas  
54 as metas já possuem linha de base/indicadores e que portanto, deve-se utilizar os dados do painel  
55 apresentado para se fazer um indicador preciso. Com a palavra, Márcia Andréia Aguiar, enfatizou  
56 que, metodologicamente, existe uma lacuna nos Planos, que é a ausência do Plano Operativo,  
57 para implementar o alcance das metas previstas no PEE. Ressaltou que é necessário definir se  
58 serão utilizados os dados do observatório do MEC ou de outras plataformas de dados, bem como  
59 definir qual metodologia será adotada para realizar a leitura dos indicadores. Em nível de  
60 informação, relatou que o Município de Canaã dos Carajás que, provavelmente com  
61 acompanhamento da “Vale do Rio Doce”, foi o único que desenvolveu o plano operativo do seu  
62 Plano Municipal de Educação. O Prof. Francisco Willams, pontuou que os profissionais da área  
63 da educação não foram orientados quanto à construção de planos operativos. A secretária  
64 executiva do CME de Ananindeua, Prof.<sup>a</sup> Ana Izabel, contribuiu afirmando a pertinência do  
65 debate, o qual perpassa pelo regime de colaboração, pois existem metas no Plano Municipal que  
66 são metas também de incumbência do próprio Estado. Afirmou que, em sua opinião, o plano  
67 estratégico abordado, já está implícito nos Planos e reafirmou a urgência da definição e a  
68 importância do papel dos Fóruns nesse cenário, bem como do poder executivo no que diz respeito  
69 a articular os Planos com as leis municipais, sobretudo na perspectiva orçamentária para que as  
70 metas sejam minimamente atendidas. Diante do exposto, o Prof. Francisco Willams alertou sobre  
71 a grande proporção do desafio que se apresenta. Quanto a metodologia, em sua compreensão,  
72 deve-se utilizar a mesma adotada pelo Observatório Nacional, tendo em vista a necessidade de  
73 articular as políticas públicas existentes e efetivar o regime de colaboração. Ainda com a palavra,  
74 dirigindo-se à equipe do Escritório de Projetos da SEDUC, questionou se é possível realizar o  
75 monitoramento e avaliação do PEE sem ter o plano operativo; Perguntou ainda, qual o alcance do  
76 trabalho apresentado pela equipe, uma vez que o PEE está para além da Rede Estadual, como por  
77 exemplo, as metas para a educação superior, sendo assim, quais iniciativas estão sendo assumidas  
78 pelo Estado nesse sentido; o Prof. Francisco Willams justificou os questionamentos pela  
79 necessidade de se avançar no trabalho da própria Comissão e declarou que esperavam que a  
80 equipe expusesse os dados referentes ao cenário atual da educação paraense e diante desses dados  
81 que indicadores podem ser construídos. A Prof.<sup>a</sup> Márcia Andréia Aguiar falou novamente da  
82 necessidade, nesse primeiro momento, da Comissão propor ao FEE a definição das projeções  
83 anteriormente citadas, pois, uma vez definida a linha de coleta a ser utilizada, como por exemplo,  
84 o Observatório Nacional, cujos indicadores já estão sendo coletados pelo MEC, poderá passar  
85 para o segundo momento, cuja metodologia a ser realizada na avaliação das metas será definida.  
86 Ainda com a palavra, Márcia Andréia Aguiar questionou se, uma vez que não existem planos  
87 operativos, será o FEE que assumirá o papel da definição das metas para os planos operativos dos  
88 PME’s e do PEE, ou este fará o processo de articulação para que o trabalho dos Avaliadores  
89 Educacionais da SASE/MEC seja o de fortalecer as redes municipais na elaboração de suas  
90 metas; Caso contrário, sem essas definições, o FEE não terá o que monitorar. Daí a importância  
91 de definição das metas intermediárias, bem como realização do trabalho tendo como base o  
92 esforço para alcance das metas e não os percentuais, visto que o percentual variará de acordo com

93 o universo utilizado, como no caso da abrangência das redes municipais e estadual de educação.  
94 O representante da PROIFES, prof. Wilson Barros, pediu a palavra e perguntou se o observatório  
95 dará conta de subsidiar o trabalho a ser realizado, ou será necessário somar outras metodologias  
96 para dar mais objetividade ao trabalho. Caso a resposta seja sim, afirmou que a contribuição da  
97 equipe do Escritório de Projetos da SEDUC será bem vinda para aperfeiçoar o processo de  
98 monitoramento. Acrescentou ainda que o trabalho a ser desenvolvido, poderá inclusive ser uma  
99 referência para o Plano Nacional de Educação. Em resposta a fala do Prof.º Wilson Barros, o  
100 vice-coordenador do FEE, Prof. Francisco Willams, acredita ser possível conciliar mais de uma  
101 metodologia, e reafirma a importância da colaboração apresentada pela equipe do Escritório do  
102 Projetos no que diz respeito a necessidade do plano operativo, contudo, ratifica que é preciso  
103 saber **como** fazer o plano operativo para que se possa avançar nesse trabalho. Márcia Aguiar  
104 mencionou que, uma vez que todos os Planos se debruçaram num diagnóstico, sugeriu que seja  
105 realizado um diálogo dos AEs com os municípios e iniciar um trabalho de elaboração das metas,  
106 e a partir disso, a metodologia será definida, pois cada Município terá um plano operacional  
107 específico ao seu PME. O Prof.º Francisco Willams perguntou se é possível, com a contribuição  
108 da equipe do escritório de projetos e da SEDUC, elaborar um plano operativo. Márcia Andréia  
109 Aguiar, respondendo a pergunta do prof. Francisco Willams sobre como nos podemos monitorar,  
110 primeiramente deve-se saber qual o período que o observatório libera os dados para criar um  
111 cronograma de atividades e o calendário de monitoramento. Prof.º Francisco Willams afirmou  
112 que, além da necessidade de monitorar, é necessário também avaliar, que prevê uma dimensão  
113 mais política das entidades que estão compondo o próprio FEE, e abrange a questão financeira e  
114 orçamentária. O Prof.º Wilson Barros, representante da PROIFES, pediu a palavra e propôs que  
115 no próximo encontro da comissão seja realizado uma espécie de ensaio de um cenário de  
116 monitoramento e avaliação, a partir da apresentação de uma Meta, de maneira que seja  
117 apresentado à comissão para debate e direcionamento do caminho a ser percorrido na construção  
118 do Plano Operacional e, após esse afinamento, o trabalho seja apresentar aos secretários das  
119 SEMEDs e aos Fóruns Municipais para dialogar com a base, pois os municípios certamente  
120 contribuirão nesse cenário. Márcia Andréia Aguiar, no sentido de situar a Comissão, alertou que  
121 essa sugestão é necessária num segundo cenário, pois no primeiro momento, deverá ser discutido  
122 o que monitorar, como monitorar e de onde serão coletados os dados. Tendo em vista o exposto,  
123 convidou o grupo a primeiramente fechar o primeiro cenário, pois são muitas definições nesse  
124 curto espaço de tempo. Outras definições, tais como, as reais possibilidades relativas ao  
125 monitoramento, se será feito por meta, por município, por região de integração, ou somente a  
126 nível macro de Estado, como será a rotina de coleta dos dados, de observação e de estudos para  
127 avaliar os cenários de cada Plano, bem como reconhecer estratégias ou apontar as lacunas  
128 existentes no âmbito de operacionalização quando for o caso, deverão ser definidas após esse  
129 primeiro cenário: “O que avaliar”, que deverá ser levado ao FEE. O Prof. Francisco Willams,  
130 afirmou que, para que o trabalho de fato ocorra, deve-se partir para tomada de decisão. Ressaltou  
131 que já existia uma orientação básica da própria SASE, e que a coordenadora da Comissão  
132 apresentará uma agenda de trabalho, na qual poderão ser inseridas as sugestões da equipe do  
133 Escritório de Projetos/SEDUC. Ressaltou que é necessário que se faça o estudo do PEE para  
134 levantar aspectos importantes na definição das diretrizes de trabalho. Prof.ª Ana Rosa Peixoto de  
135 Brito, representante da ANFOPE, pediu a palavra e observou que historicamente este é um  
136 exercício bastante recente no cenário educacional brasileiro, pontuou que, quando a SASE  
137 apresenta uma proposta, deve-se observar se esta se adequa a realizado do nosso Estado e dos  
138 nossos municípios. Ainda com a palavra, a Prof.ª Ana Rosa fez uma retrospectiva da reunião e  
139 pontuou que: o Prof.º Francisco Willams indicou prioritariamente realizar o estudo do PEE, o  
140 Prof.º Wilson Barros colocou a necessidade do treinamento da equipe e ressaltou que todas as  
141 colocações procedem. A esse respeito, foi realizado um debate interessante, em sua opinião,  
142 subsidia a definição de um cronograma com objetividade na definição de prioridades. Visto que  
143 se trata de um trabalho infinito e que poucos assumem de fato a realização desse trabalho. Prof.  
144 Francisco Willams pediu a palavra e, a respeito da sugestão do Prof.º Wilson Barros, afirmou que

145 trata-se também de uma estratégia política, visto que, monitoramento e avaliação são trabalhos  
146 técnicos, mas que precisa de um cunho político. Em sua opinião o FEE-Pa precisa mobilizar os  
147 municípios para que eles participem dessa discussão, pois não será possível realizar o  
148 monitoramento sem a participação destes. O Prof.º Francisco Willams, comparou o FEE-Pa, que  
149 está situado na capital, conta com determinados recursos e está mobilizado para o  
150 desenvolvimento do trabalho, encontra dificuldade, quiçá os Municípios mais afastados que não  
151 contam com esse aparato. A exemplo do Plano Municipal de Ananindeua o Prof.º Francisco  
152 Willams informou que o município já realizou uma conferência que avaliou o próprio PME, pois  
153 o período está definido em lei. Dessa maneira, deve ser observada a peculiaridade de cada  
154 município e seu respectivo PME. Como proposta de encaminhamento, o vice-coordenador do  
155 FEE-Pa indicou a necessidade de definir o que de fato será levado à reunião maior do FEE-Pa,  
156 alertando a sua preocupação referente às metas que estavam estabelecidas com prazo para 2016,  
157 pois isto remete a um problema de descumprimento da própria lei. Ainda com a palavra, Prof.º  
158 Francisco Willams solicitou que a secretária executiva do FEE realizasse uma retrospectiva do  
159 que foi abordado no decorrer da reunião, enquanto ponto de atenção, para ser levado como ponto  
160 de pauta da próxima reunião do FEE-Pa, no dia 12 de abril, que são encaminhamentos  
161 necessários ao trabalho da Comissão. Seguem os pontos elencados: Definir junto o FEE-Pa, qual  
162 será a plataforma para coleta de dados; Observar o que o MEC/SASE orientará aos municípios  
163 após reunião; Rever a possibilidade da reunião entre o FEE-Pa e os secretários das SEMED's  
164 (proposta pelo Coordenador do FEE para ser realizada em dezembro de 2015, mas que precisou  
165 ser adiada); Possibilidade de acesso ao Plano Operativo de do Município de Canaã dos Carajás;  
166 Necessidade de criação do Plano Operativo bem como das Metas Intermediárias (sugerida pelo  
167 Escritório de Projetos/SEDUC). Na sequência a coordenadora da comissão apresentou agenda de  
168 trabalho da Comissão de Sistematização e Monitoramento e fez alterações pertinentes com a  
169 colaboração dos presentes. E colocou para aprovação do quorum as dadas das atividades previstas  
170 no calendário. Foi agendada reunião para seção de estudos do Plano para dia primeiro de abril, no  
171 horário de 9h às 12h, no Conselho Municipal de Educação de Ananindeua. A equipe do Escritório  
172 de projetos responsabilizou-se por explorar minuciosamente o observatório e encaminhar por e-  
173 mail aos membros a leitura realizada. A coordenadora agradeceu a presença de todos e nada mais  
174 havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h40min, e eu, Karine Paixão, lavrei a presente Ata  
175 que vai com frequência em anexo. A ata foi submetida à apreciação pelo pleno e foi aprovada por  
176 unanimidade com suas devidas correções.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO  
SECRETARIA EXECUTIVA DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

FREQUÊNCIA

REUNIÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - FFE-PA

SESSÃO DO DIA: 21/03/2011

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Flávia Feite R. de Brito	UNICME / FME / SEOUR	98841.7386	mariaapuleitadobis@hotmail.com	
02	Magine Paixão	SEFEE / SEOUR	992008480	lorina.paixao@yahoo.com.br	
03	Milson do C. Te. Farias	PROFES / UFERA	980264584	Wbasora.educa@pa.gov.br	
04	Simone B. Palheta	De due / Curso Teor.	93430506	simone.palheta@pa.gov.br	
05	Márcia Andruz A. Feltes	SENEC / Exatarias de Boytas	98152.1994	marcia_alberne@pa.gov.br	
06	Caio Kiyoshi Esta. Esta	SEOUR / Exatarias de Boytas	(91) 919033111	CAIO.ATA@SEOUR.PA.GOV.BR	
07	Guilherme de Andrade Lacerda	" "	99244-2603	guilherme.lacerda@pa.gov.br	
08	Andrezza Nêlson de Farias	SEOUR / Pará,	(91) 988979851	andrezza.nelson@pa.gov.br	
09	Francisco Williams C. Lima	UNICME / FME	(91) 98603.6655	williamscompes@yahoo.com.br	
10	Ana Izabel M Soares	FME / CME	9198707242	anaizabelsoares@pa.gov.br	
11	Ana Rosa P. de Brito	ANFOPG	(91) 8340.1322	anarosa@yahoo.com.br	
12					
13					
14					
15					